

COMUNICADO

Linhas de Orientação Estratégica e abertura do procedimento de escolha dos membros do Conselho de Administração 2027-2029

O Conselho Geral Independente da RTP aprovou, por unanimidade, as Linhas de Orientação Estratégica (LOE) para o período 2027-2029, sob o lema: **Um novo ciclo para o Serviço Público de Média da RTP.**

Neste novo ciclo, a RTP deve afirmar-se como serviço público de média independente, plural, universal, inovador, culturalmente relevante, financeiramente sustentável, civicamente exigente e centrado nos cidadãos, assumindo-se também como património público irrenunciável do país.

As LOE definem o quadro de referência que deve orientar a elaboração do futuro Projeto Estratégico da RTP, enquanto concessionária do serviço público de média. Estas orientações não substituem a autonomia de gestão, nem interferem com escolhas editoriais concretas. Fixam, antes, prioridades de serviço público de média: qualidade da informação, pluralismo, diversidade, conteúdos e cultura, transformação digital, acessibilidade, presença territorial, valorização dos trabalhadores, inovação responsável e prestação de contas.

O CGI entende que estas orientações devem guiar o procedimento de escolha do futuro Conselho de Administração para o mandato 2027-2029 e o posterior acompanhamento da execução do respetivo Projeto Estratégico, num quadro de transparência, responsabilidade pública e compromisso com todos os cidadãos. O procedimento compreende, para além da escolha articulada do Presidente do Conselho de Administração e de um Vogal não financeiro, a escolha autónoma do Vogal responsável pela área financeira.

A documentação do procedimento, incluindo o convite para manifestação de interesse e os elementos de candidatura, ficará disponível em:

<https://media.rtp.pt/empresa/orgaos-sociais/manifestacao-de-interesse-ca/>

O CGI sublinha que um serviço público de média independente, universal e relevante exige financiamento adequado, sustentável e previsível, proporcional às obrigações legais e contratuais da RTP e às exigências do Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social. Sem condições materiais estáveis, ficam fragilizadas a independência editorial e funcional, a produção original, a cobertura territorial, a acessibilidade, a inovação e a resposta aos desafios digitais.

As LOE reafirmam ainda a defesa do pluralismo e da diversidade como dimensões essenciais da missão democrática da RTP: pluralismo político, social, cultural, territorial e geracional; projeção de Portugal e da língua portuguesa no mundo, mantendo e reforçando os laços com as comunidades portuguesas e lusófonas e destas com o país; diversidade de fontes, formatos, públicos e meios; e respeito pela especificidade da rádio, da televisão e dos serviços em linha.

Para o CGI, o sucesso do próximo triénio não se medirá apenas pela capacidade de adaptação tecnológica, mas pela capacidade de a RTP continuar a ser uma instituição com elevados índices de confiança, promotora do pluralismo, amiga da cultura, força de coesão e garante de democracia.

Lisboa, 9 de julho de 2026

O Conselho Geral Independente